



Newsletter

N.º 3 - Novembro 2013

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Nesta breve Nota de Abertura do terceiro número da nossa Newsletter, não posso deixar de começar por agradecer, em nome de todos nós, a todos aqueles que tiveram, entretanto, a gentileza e disponibilidade de nos enviar simpáticas e elogiosas mensagens de apreço por esta nossa iniciativa.

Este mês dedicamos o nosso artigo de fundo a uma temática que terá passado despercebida para muitos, mas que poderá ter implicações jurídicas profundas para alguns menos atentos: a denominada Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos e a recente publicação da prorrogação do prazo para a apresentação da competente acção judicial necessária para o reconhecimento da propriedade privada no domínio público hídrico para 1 de Julho de 2014.

Não obstante a atenção legislativa ter continuado ainda muito centrada na discussão na especialidade do OE 2014, incluímos neste número um lote mais alargado de diplomas legais que entendemos serem susceptíveis de interesse generalizado, bem como uma seleção de jurisprudência que, na nossa ótica, interessa conhecer.

José Pina

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Reconhecimento da Propriedade Privada no Domínio Público Hídrico
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas



Reconhecimento da Propriedade Privada no Domínio Público Hídrico

No passado dia 21 de Novembro, foi publicada a Lei n.º 78/2013, a qual procedeu à alteração do artigo 15.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, que regula a Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos ("LTRH"), tendo, consequentemente, o prazo para a apresentação da ação judicial necessária para o reconhecimento da propriedade privada no domínio público hídrico, sido alargado para dia 1 de Julho de 2014.

A criação da figura de "Domínio Hídrico" teve a sua génese com a publicação, em 1864, do Decreto Real que criou o "Domínio Público Marítimo".

Nos termos do Decreto Régio, a "Margem das Águas do Mar" era considerada propriedade pública, correspondendo a mesma a uma faixa com condicionantes especiais, de proteção de acessos.

Contudo, todas as parcelas da "Margem das Águas do Mar" que à data de 1864 fossem comprovadamente propriedade privada, seriam reconhecidas como "Parcelas Privadas da Margem", não incluídas por isso no "Domínio Público".

Por sua vez, o artigo 380.º § 4.º do Código Civil de 1867 (Código de Seabra) estabelecia que *"as faces ou rampas e os capelos dos cômoros, valadas, tapadas, muros de terra ou de pedra e cimento erguidos artificialmente sobre a superfície do solo marginal, não pertencem ao leito ou álveo da corrente, nem estão no domínio público, se à data da promulgação do Código Civil não houverem entrado nesse domínio por forma legal"*.

**A referida norma prevê,
assim, os meios pelos quais
podem os proprietários
podem obter o
reconhecimento dos seus
direitos de propriedade
sobre os referidos terrenos.**



É desta forma que a LTRH estabelece, no referido artigo 15.º, que, quem pretenda obter o reconhecimento da sua propriedade sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis, pode obter esse reconhecimento, desde que intente ação judicial até 1 de Julho de 2014, devendo, para o efeito, provar documentalmente que tais terrenos eram, por título legítimo, objeto de propriedade particular ou comum antes de 31 de Dezembro de 1864 (data da publicação do Decreto Real) ou, se se tratar de arribas alcantiladas, antes de 22 de Março de 1868 (data da entrada em vigor do Código de Seabra).

A referida norma prevê, assim, os meios pelos quais podem os proprietários obter o reconhecimento dos seus direitos de propriedade sobre os referidos terrenos.

Para tal efeito, os proprietários das parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis ou de arribas alcantiladas, terão de intentar a competente ação judicial para reconhecimento da propriedade privada até 1 de Julho de 2014, caso

contrário, os referidos terrenos passarão a pertencer ao domínio público.

Para que exista o reconhecimento da propriedade privada sobre os referidos terrenos:

- a) O interessado tem de provar documentalmente a entrada no domínio privado, por título legítimo, do respetivo terreno, em data anterior a 31 de Dezembro de 1864 ou a 22 de Março de 1868, tratando-se arribas alcantiladas (n.º 1 do artigo 15.º da LTRH). Consideram-se justo título ou título legítimo de aquisição, nomeadamente, os resultantes de contrato, sucessão por morte, usucapião, ocupação e acessão, ou ainda, preocupação, doação régia e concessão, nos casos de águas originariamente públicas que tenham entrado no domínio privado até 21 de Março de 1868.
- b) Caso o interessado não disponha de documentos idóneos para comprovar o seu alegado direito de propriedade, a alínea a), do n.º 2 do artigo 15.º da LTRH, estabelece-se que se presume particulares os terrenos

em relação aos quais se prove estarem, nas datas mencionadas, na posse, em nome próprio, de particulares ou na fruição conjunta de indivíduos

compreendidos em certa circunscrição administrativa.

Neste caso não se exige prova documental, pelo que serão aceites todos os meios de prova admitidos em direito, i.e., prova documental, testemunhal, pericial, por inspecção judicial ou através de presunções, salvo a prova por confissão.

Tendo em conta que apenas se exige a prova da "posse" (e não da propriedade, conforme referido na alínea a) anterior), a prova a fazer pelo interessado poderá, em princípio, tornar-se mais fácil.

- c) Caso os documentos anteriores a 1864 ou a 1868, conforme os casos, se tornaram ilegíveis ou foram destruídos por incêndio ou facto semelhante ocorrido na conservatória ou registo competente, presumir-se-ão particulares, os terrenos em relação aos quais se prove que, antes de 1 de Dezembro de 1892, eram objecto de propriedade ou posse privadas (alínea b), do n.º 2 do artigo 15.º da LTRH).

Os meios de prova ao alcance do interessado serão os mesmos referidos na alínea b) *supra*.

- d) Caso os terrenos tenham sido objecto de um acto de desafectação ou mantidos na posse pública pelo período necessário à formação de usucapião, o regime de prova estabelecido nas alíneas anteriores é, naturalmente, afastado.

Pode-se, assim concluir que, para além das óbvias dificuldades e constrangimentos que recaem sobre os proprietários em fazer prova da entrada no domínio privado, por título legítimo, do respectivo terreno em datas anterior às referidas, o regime previsto no artigo 15.º da LTRH levanta sérias reservas ao nível da sua constitucionalidade, nomeadamente, ao permitir o ingresso, automático (i.e. sem o exercício do direito de acção judicial e sem direito a receber indemnização), no domínio público hídrico, das parcelas de terreno pertencentes a particulares que não intentem a respectiva acção judicial de reconhecimento até 1 de Julho de 2014.



Sérgio Martins

sergiomartins@cammp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- CIVIL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 3 de Outubro de 2013

Contrato de mútuo – contrato solene – requisitos de forma

O contrato de mútuo (art. 1142.º do CC) apresenta-se como um contrato bilateral ou sinalagmático, porquanto da sua assumpção nascem ou emergem obrigações recíprocas para ambos contraentes, e oneroso, porquanto dele resulta um benefício para ambas as partes; é um contrato típico e assume a natureza de um contrato real, quoad constitutionem, porquanto só se perfectibiliza com a entrega da quantia ou da coisa para a esfera de propriedade do mutuário. O contrato de mútuo assume, relativamente à forma, as características de um contrato solene (art. 1143.º do CC), dado que, para que seja eficaz e válido, se torna necessário que as declarações de vontade expressas pelos contraentes sejam plasmadas em escritura pública, se a quantia mutuada for igual ou superior às quantias legalmente fixadas. Tratando-se de um contrato de mútuo real e oneroso, a necessidade de redução das declarações em escritura pública ou

documento particular autenticado torna-o um contrato solene, não podendo a prova ser efetuada senão por documento de valor idêntico, o que faz depender a validade do contrato de mútuo, a partir dos limites fixados na lei, de um requisito ad substantiam (art. 364.º, ex vi do art. 219.º, do CC). Não sendo utilizada a forma estipulada, legalmente, para a formalização dos contratos de mútuo (art. 1143.º do CC), a sanção a aplicar será a nulidade do contrato (art. 220.º, ex vi do art. 1143.º, do CC), com as consequências impostas pelo art. 289.º, n.º 1, do mesmo Código.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de Outubro de 2013

Cheque – declaração de dívida – título executivo

O cheque a que faltem as condições legais para valer como título cambiário, designadamente por já ter decorrido o prazo de prescrição enquanto título cambiário, pode servir como título executivo, nos termos do art. 46.º, n.º 1, al. c), do CPC – na redação anterior à Lei n.º 41/2013, de 26 de junho –, desde que o mesmo contenha a causa da sua subscrição ou que a mesma causa seja alegada no requerimento executivo e que esta não tenha natureza formal ou que, tendo-a, não

exija forma mais solene da que o título cambiário observa. Tendo o exequente alegado naquele requerimento que a causa da subscrição daquele foi um empréstimo que concedera ao executado e mulher em determinado ano e no valor apostado no cheque, fica satisfeito o requisito legal para o cheque valer como título executivo. O executado, na sua oposição e aceitando a subscrição do cheque por si, tinha o ónus de alegar e provar a invalidade do referido empréstimo, nomeadamente para que aquele pudesse ser declarado nulo por vício de forma. Não tendo o opoente-executado alegado factos de onde se pudesse reconhecer que o empréstimo era nulo, não pode ser o mesmo título executivo invalidado como tal e ser a oposição julgada procedente. A declaração de dívida assinada pelo executado pode valer, igualmente, como título executivo desde que da mesma resulte a constituição ou o reconhecimento de uma obrigação pecuniária cujo montante seja determinado ou determinável. Tendo o executado, na sua oposição, apesar de aceitar a sua assinatura da mesma declaração, impugnado a vontade de reconhecer a dívida, e a redação do título permita levantar dúvidas

sobre o conteúdo da declaração, há que proceder à sua interpretação de acordo com o disposto nos arts. 236.º a 238.º do CC.

- COMERCIAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 22 de Outubro de 2013

Posição do avalista – pacto de preenchimento – preenchimento abusivo

Quando o avalista tenha tomado parte no pacto de preenchimento de livrança em branco, subscrevendo-o, devem ser qualificadas como imediatas as relações entre ele e o tomador ou beneficiário da livrança – pois que não há, nesse caso, entre o avalista e o beneficiário do título interposição de outras pessoas –, o que confere ao dador da garantia legitimidade para arguir a exceção, pessoal, da invalidade do pacto de preenchimento. Se o avalista opta por lançar mão da invalidade da cláusula que integra pacto de preenchimento em que interveio, com a respetiva exclusão do contrato, auto-exclui-se da intervenção no acordo de preenchimento e, conseqüentemente, do posicionamento que detinha no campo das relações imediatas com a beneficiária da livrança, a coberto das quais poderia invocar e fazer valer a exceção do

preenchimento abusivo. Para que se coloque uma questão de preenchimento abusivo, enquanto exceção pessoal do obrigado cambiário, é necessário que se demonstre a existência de um acordo, em cuja formação tenham intervindo o avalista e o tomador-portador do título, acordo que este último, ao completar o respetivo preenchimento tenha efetivamente desrespeitado. Se, em substituição do pacto inválido e excluído nenhum outro se invoca, como obrigação desrespeitada no ato de preenchimento da livrança, então não há objeto sobre o qual possa ser alegado e discutido preenchimento abusivo, carecendo o avalista de fundamento para discutir uma eventual exceção, por isso que nenhuma violação de convenção consigo celebrada imputa aos demais signatários do título cambiário, por via da qual se mantivesse nas relações imediatas. Assim sendo, sobra a posição jurídica de avalista, assumindo o aval a sua plena autonomia, mantendo-se aquele obrigado nos precisos termos resultantes da obrigação cambiária inerente ao aval dado.

- LABORAL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 23 de Outubro de 2013

Trabalhador nomeado administrador – Suspensão do Contrato de Trabalho

O trabalhador nomeado administrador, por deliberação da entidade empregadora, fica com o seu contrato de trabalho suspenso, nos termos o n.º 2 do artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais, ainda que tenha mantido as funções que anteriormente desempenhava. A referida suspensão do contrato de trabalho cessa no termo do desempenho das funções de administrador, readquirindo o trabalhador, a partir daí, o direito à situação que tinha antes da suspensão, sem prejuízo do cômputo do tempo da suspensão para efeitos de antiguidade. Assim, neste contexto, é nulo o acordo celebrado entre as partes num contrato de trabalho que vise a redução da retribuição devida ao trabalhador, fora das condições legais em que tal redução é permitida, mantendo o trabalhador o direito às diferenças entre a retribuição que lhe seria devida e a efetivamente prestada. Porém, esta nulidade não atinge os quantitativos auferidos pelo trabalhador durante o período em que desempenhe as funções de administrador como contrapartida do desempenho das tarefas que lhe sejam atribuídas nessa situação.



122/2012, de 3 de maio, para o valor resultante da aplicação da percentagem de aumento de 2,9%.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- LABORAL -

Lei n.º 76/2013, de 7 de novembro de 2013

Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.

Portaria n.º 338/2013, de 21 de novembro de 2013

Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a Portaria n.º

- FISCAL -

Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro de 2013

Aprova um regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social, nos termos do qual, se as dívidas de natureza fiscal e as dívidas à segurança fiscal, cujo prazo de cobrança legal tenha terminado até 31 de Agosto de 2013, forem pagas por iniciativa do contribuinte, no todo ou em parte, do capital em dívida, até 20 de Dezembro de 2013, o mesmo fica dispensado, na parte correspondente, dos juros de mora, dos juros compensatórios e das custas dos processos de execução fiscal.

- AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS -

Lei n.º 78/2013, de 21 de novembro de 2013

Procede à primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos, prorrogado o prazo para intentar ação judicial com vista ao reconhecimento de direitos adquiridos por particulares sobre parcelas de leitos e margens públicas, até 1 de Junho de 2014.

- BANCÁRIO -

Portaria n.º 335/2013, 15 de novembro de 2013

Oitava alteração à Portaria n.º 95/94, de 9 de Fevereiro, que fixa o capital social mínimo das instituições de crédito e das sociedades financeiras.

As instituições de créditos e as sociedades financeiras que veem o capital social mínimo alterado são, entre outras, os bancos (que ficam com um capital social mínimo de € 17.500.000,00), as sociedades de locação financeira (que ficam com um capital social mínimo de € 3.500.000,00, se tiverem por objecto apenas a locação financeira mobiliária, ou € 7.500.000,00 nos restantes casos), as sociedades de factoring (que ficam com um capital social mínimo de € 1.000.000,00), e instituições financeiras de crédito (que ficam com um capital social mínimo de € 10.000.000,00).

Portaria n.º 341/2013, de 22 de novembro de 2013

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 1453/2002, de 11 de novembro que regulamenta o reembolso do valor dos planos de poupança-reforma.

Ilustrações de Johannes Vermeer

CAMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.